

Destina-se este texto a apresentar, dando publicidade, a demissão de membros dos Corpos Gerentes da AAC.

Fazemo-lo porque, neste momento, nos dissoladaremos do programa que serviu de base às nossas candidaturas, demarcando-nos relativamente às suas conotações políticas e à sua tradução prática.

Tendo a escola em sistema capitalista por função a reprodução da ideologia dominante ao nível dos conteúdos de ensino e da prática pedagógica assim como a reprodução da qualificação da força de trabalho, assegurando deste modo o preenchimento de quadros técnicos especializados necessários ao aparelho produtivo, o sindicalismo estudantil deve ser neste contexto a expressão organizada de um movimento de massas empenhado e comprometido em levar por diante um programa de luta anti-fascista.

Para tal esse sindicalismo só será consequente se se afirmar como um movimento sindical de massas que :

a) Contraponha ao discurso da classe dominante na escola, um discurso progressista.

b) Vise a formação de contra-poderes no sentido de um combate à instrumentalização da escola pelo capital.

c) Seja enquadrado politicamente pelos impulsos vindos dos sectores fundamentais da luta de classes - das lutas autónomas da classe operária, portadora da única alternativa global à dominação da burguesia.

d) Esteja centrado na AAC, tendo esta um papel globalizador e agregador das lutas parciais dos estudantes nos Cursos e Faculdades assentando nesta articulação dinâmica o seu carácter massivo.

e) Não despreze a luta pela satisfação dos interesses mais imediatos dos estudantes, mas os dinamize e insira em lutas mais gerais que apontem no sentido dos objectivos estratégicos do proletariado.

Esta forma de concretização do sindicalismo estudantil é indissociável de uma autêntica democraticidade de

base, entendida esta como a concessão de amplos poderes às estruturas de Curso, enquanto unidades fundamentais de discussão e debate dos problemas gerais dos estudantes, sem prejuízo da capacidade decisória ao respectivo nível. Entendemos que as grandes assembleias enquanto órgãos decisórios máximos não são os órgãos máximos de democraticidade, se as suas decisões não forem precedidas pela prévia discussão dos problemas nos Cursos. Só este prévio debate pelas suas funções de esclarecimento e aprofundamento das questões evitará, por um lado, a instrumentalização dos estudantes menos esclarecidos e por outro a desmobilização que tem caracterizado as Assembleias Magnas e Assembleias de Faculdade. De toda a maneira numa fase em que é patente a desmobilização dos estudantes, a existência de uma regulamentação mínima provisória com a exigência burocrática de Quorum entrava o papel reactivador que a Assembleia Magna, apesar de tudo poderia empreender. Ao resar-se a encontrar formas de supressão desta regra burocrática, que a prática desmentiu, a Direcção-Geral, ancorou-se num instrumento formal que impede o controle democrático.

O movimento sindical de massas deve ser democrático, devendo permitir-se plena liberdade de expressão às diversas tendências políticas. Da actuação destas e sua contribuição para o debate ideológico resultarão a consciencialização e politização progressivas de amplas massas de estudantes cada vez mais capazes de definirem objectivos verdadeiramente progressistas para o movimento sindical.

A esta concepção de sindicalismo é inerente uma autêntica e constante representatividade de um programa plebiscitado em determinado momento pelos estudantes que confere de uma forma automática e permanente a representatividade a uma Direcção Geral. A representatividade é conferida e aferida a cada momento por uma actuação conforme a vontade geral dos estudantes expressa nos seus órgãos decisórios.

O movimento sindical de massas deve ser apartidário de tal modo que os seus órgãos directivos não estejam na estriata dependência de organizações partidárias, não podendo ser nunca, um seu qualquer executivo.



A luz dos princípios atrás enunciados não podemos deixar de referir algumas questões actualmente em debate.

UNEP- A constituição da Comissão Pró- UNEP não resultou de uma necessidade sentida pelo processo de luta actual dos estudantes, nem foi fruto de um debate amplo e alargado a nível Nacional, pelo que a sua formação é prematura. Mais consideramos que a sua criação não tendo origem num processo democrático, afirma-se como um instrumento burocrático e como uma tentativa clara de controle do Movimento Estudantil a nível Nacional. A própria Comissão Pró- UNEP através das iniciativas que lançou, e não obstante os aspectos positivos de algumas delas ( Campanhas de Alfabetização ) denuncia-se como uma estrutura de cúpula pelas últimas posições assumidas junto ao MEC, designadamente a afirmação da concordância e adesão geral dos estudantes às soluções propostas para o problema da explosão escolar- criação do serviço cívico sem prévia tomada de posição destes.

Bem significativo do desinteresse a que esta Comissão está votada pela maioria dos estudantes é a recente realização do Seminário sobre a Democratização do Ensino com fraquíssima participação estudantil. Acresce à desmobilização verificada em torno do Seminário, a inexistência de um prévio debate nas diversas escolas dos temas a tratar pelo que esta iniciativa ( louvável em princípio ) surge completamente desgarrada.

#### Reforma Geral e Democrática do Ensino (RGDE)

O significado político da proposição da RGDE enquadra-se na crença de que no actual momento histórico, a verdadeira alternativa não se põe entre capitalismo/socialismo mas entre democracia e fascismo.

A crise dos aparelhos escolares é indissociável da crise da dominação do capital e portanto o grupo estudantil não tem que opôr à actual Universidade burguesa qualquer alternativa global tipo RGDE, mas sim aproveitar a cada momento a sua dinâmica e os seus pontos de conflito no sentido de um programa de luta unificado ao das classes trabalhadoras pela cons

trução de uma alternativa anti-capitalista a todos os níveis. As verdadeiras conotações políticas da RGDE radicam na crença da passagem gradualista e pacífico ao socialismo tese que pretende ignorar a resistência violenta que a burguesia opõe ao seu destronar do aparelho de Estado e à conquista do poder político pelo proletariado.

José Augusto Saco Machado Gil

Francisco Manuel Ferreira Carrilho